



Karoline Santana Moreira

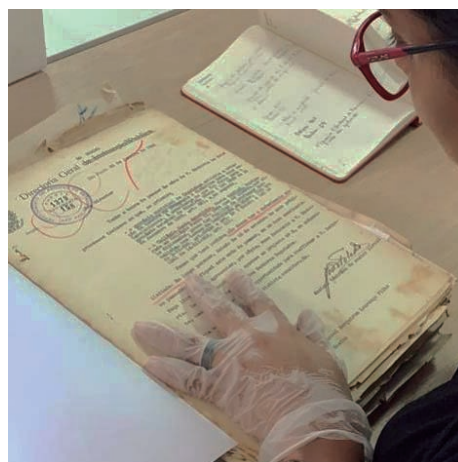
Pesquisa nos arquivos: uma corrida de obstáculos e contra o tempo

Arquivo Público do Estado de São Paulo: sempre de braços abertos ao pesquisador

O primeiro contato ocorreu por meio do site do APESP, ocasião em que enviei um e-mail solicitando informações acerca dos fundos que tratavam de arquitetura escolar paulista nas décadas de 1950/1960, especificamente do Colégio Estadual São Paulo (interesse inicial de pesquisa).

Retornaram-me, informando que existia a possibilidade de identificar fontes no Fundo da Secretaria de Educação ou no acervo da Companhia de Obras e Serviços Públicos - CPOS (que estão em processo de recolhimento pelo APESP). Em abril de 2019, fiz a primeira visita ao APESP objetivando entender como funcionava a pesquisa no arquivo. Contudo, ao considerar que minha proposta de pesquisa ainda estava sendo ajustada, optei por retornar ao arquivo em julho/2019. Meu orientador, Professor Dr. Daniel Ferraz Chiozzini (<http://lattes.cnpq.br/5867031148608140>) articulou uma reunião com o Sr. Marcelo Thadeu Quintanilha – Diretor Técnico II, do Centro de Acervo Permanente do APESP, para que fosse possível compartilhar meu interesse de pesquisa e conhecer o trabalho desenvolvido pelo arquivo, bem como a equipe do Centro de Acervo Permanente (CAP). Em seguida, iniciei minhas buscas, com o auxílio dos funcionários Márcia e Alexandre, no Fundo Secretaria de Educação, especificamente no conjunto denominado “Obras e Serviços”.

Foto: Arquivo Pessoal



Os funcionários sempre se mostraram preocupados em auxiliar e orientar até mesmo sobre pesquisas em outros arquivos públicos em São Paulo, que poderiam abarcar documentações relativas ao meu interesse

de pesquisa. Também tive a oportunidade de conhecer a equipe da Revista do Arquivo, em especial, Marcelo Chaves que intermediou reunião com a Karla Maestrini do Arquivo Histórico Municipal.

Particpei de seminários organizados pela equipe da Revista e tive a oportunidade de entender o papel desempenhado pelo APESP no processo de difusão dos fundos e o auxílio que oferecem aos municípios, no tocante à guarda documental.

Em suma, meu primeiro contato com o APESP foi de muito aprendizado e acolhimento ofertado pelos funcionários, o que me passou segurança para acreditar que, apesar das dificuldades encontradas, seria possível desenvolver uma boa pesquisa!

¹ Sobre o Centro de Arquivo Administrativo (CAA), ver Prata da Casa da edição nº 8 da Revista do Arquivo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/08/prata_da_casa.php#inicio_artigo (N.E)

Localizar e verificar a viabilidade das fontes antes de elaborar proposta de pesquisa

O primeiro contato com os arquivos ocorreu após minha inserção no mestrado, haja vista que nas graduações e na especialização desenvolvi pesquisas bibliográficas. Considerando que minha pesquisa é histórica, não havia outra maneira de obter fontes sem ir a campo, ou seja, nos arquivos públicos. No decorrer do ano de 2019, contatei e realizei buscas em diversos arquivos públicos físicos e digitais, a saber: APESP, Arquivo Histórico Municipal, Centro de Memória Mário Covas, Arquivo Intermediário da Prefeitura Municipal de São Paulo, Arquivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, Arquivo do Departamento de Edificações da Prefeitura Municipal de São Paulo – EDIF, Arquivo da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, Arquivo do Instituto de Arquitetos de Brasil – IABsp, Câmara Municipal de São Paulo (site), ALESP (site) e Hemeroteca Nacional.

Além dos arquivos supramencionados, também visitei as bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e da Faculdade de Educação, ambas da USP. Dos arquivos contatados e visitados, consegui no APESP e na FAU/USP fontes que estão subsidiando minha pesquisa.

Conforme mencionado, meu primeiro contato com arquivos e fontes históricas ocorreu recentemente. Não me senti perdida, porque fui acolhida pela equipe do APESP, que forneceu suporte. Contudo, em muitos momentos me sentia frustrada por não localizar as fontes com facilidade nos demais arquivos públicos.

A dificuldade em contatar e obter retorno em alguns destes arquivos foi um problema no desenvolvimento da pesquisa. Diante da dificuldade em localizar fontes capazes de subsidiar o estudo, foi preciso adaptar alguns objetivos.

Esse processo foi um pouco assustador, porém, de muito aprendizado, pois me sinto mais confiante e sei como proceder em pesquisas futuras. Como exemplo, verificar primeiro a viabilidade das fontes e em quais arquivos se encontram, antes de elaborar uma proposta de pesquisa.

Esse processo foi um pouco assustador, porém, de muito aprendizado, pois me sinto mais confiante e sei como proceder em pesquisas futuras. Como exemplo, verificar primeiro a viabilidade das fontes e em quais arquivos se encontram, antes de elaborar uma proposta de pesquisa.

Trabalhosa arte de garimpo de documentos

Foto: Arquivo Pessoal



As temáticas que orientaram minhas pesquisas no APESP foram: “ensino secundário” e “arquitetura escolar”, referentes às décadas de 1940 a 1960. No CAP, realizei buscas no Fundo Secretaria de Educação – conjunto *Obras e Serviços* e não localizei documentos para a minha pesquisa. No CAA (Arquivo Intermediário) pesquisei no mesmo Fundo, mas ainda não concluí as buscas. Nesse Fundo, que está em processo de avaliação documental,² contudo, localizei dois documentos que serão utilizados na pesquisa:

- SÃO PAULO (Estado). *Ofício nº 900 do governador Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo*. [Solicita entendimento com o Executivo Estadual, com referência ao Convênio de Ensino firmado entre Estado e Município]. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, [195-].
- SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Requerimento nº 799/55, de 9 de julho de 1955*. [Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos acerca da situação dos prédios escolares]. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1955.

OBS: Os respectivos documentos não estão seriados. Para a pesquisa, descrevi os documentos dessa maneira.

² Avaliação: na arquivologia, a avaliação é o processo de identificação e análise dos documentos de arquivo visando estipulação de prazos de guarda e destinação, que poderá ser a eliminação ou preservação (N.E).

Frustração do encontro com o que não está acessível

Não obstante haver legislação de acesso à informação (Lei nº12.527/2011 e o seu Decreto de regulamentação, nº7.724/2012), muitos arquivos ainda não se encontram adaptados ao modelo de gestão documental e, em muitos casos, alguns arquivos não autorizam o acesso aos documentos, ou não conseguem repassar informações concretas acerca das fontes existentes.

Vários fatores podem justificar essa situação, dentre elas, a falta de um sistema integrado ou de profissionais habilitados para informar acerca das fontes, bem como, a falta de transparência pública dos documentos.

A transparência a que me refiro diz respeito à divulgação atualizada dos documentos que podem ser apresentados aos consulentes por meio de sites ou de um guia interinstitucional.

No âmbito da arquivística, ao considerar que a organização das fontes segue um direcionamento positivista, a principal dificuldade encontrada pelos historiadores refere-se ao desmembramento de fontes. Um exemplo dessa situação ocorre no Arquivo Histórico Municipal, onde é possível identificar a matriz de projetos arquitetônicos sem memorial descritivo ou nos demais processos referentes a determinada construção.

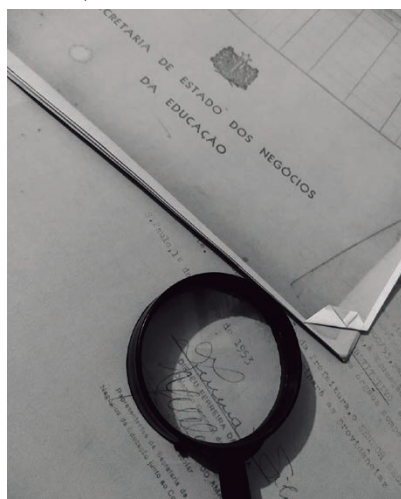
No caso dos arquivos que se encontram em processo de transição, torna-se inacessível o contato aos documentos e, em alguns casos, não existe mensuração de tempo para liberação do acesso ao público. A documentação da Companhia de Obras e Serviços - CPOS, por exemplo, relevante para o entendimento dos processos de planejamento e execução de edifícios escolares e demais obras públicas, encontra-se em processo de recolhimento para o Arquivo do Estado, portanto, apesar da relevância documental existente, não é possível, neste momento, acessar o acervo. Em outras ocasiões, como no Centro de Arquivo Administrativo, do Arquivo do Estado, apesar da acessibilidade ao Fundo da Educação, datado entre 1940 e 1970, os documentos encontram-se em processo de análise e tratamento. Este fundo é composto por aproximadamente 29 (vinte e nove) mil caixas e não apresenta previsão de término e recolhimento das fontes para o Arquivo Permanente do APESP.

Isto posto, estabelecer, por parte do pesquisador, um critério para identificar as fontes é inviável, por não existir, no momento, organização serial dos documentos, tornando difícil a localização dos respectivos documentos em buscas futuras por parte de outros pesquisadores. Frente às dificuldades apresentadas, a pesquisa sofreu alterações quanto aos objetivos.

Muitos arquivos ainda não se encontram adaptados ao modelo de gestão documental e, em muitos casos, alguns arquivos não autorizam o acesso aos documentos, ou não conseguem repassar informações concretas acerca das fontes existentes

Sugestão: A expansão da rede de Ensino paulista no período de 1940 a 1963

Foto: Arquivo Pessoal



A pesquisa tem como objetivo identificar e examinar o processo de expansão da rede física do ensino secundário (ginásios e colégios), no Estado de São Paulo, no período de 1940 a 1963. A expansão será analisada de duas maneiras: quantitativa (criação, por lei, de escolas secundárias x prédios escolares construídos efetivamente) e qualitativa (arquitetura escolar: elementos técnicos e educacionais que foram considerados para se projetar as escolas).

As principais perguntas que guiaram minha pesquisa: Qual legislação regulamentou o processo de construção das escolas secundárias no Estado de São Paulo no período de 1940 a 1963? Quais investimentos públicos foram destinados para a construção de novas escolas? As escolas construídas foram suficientes para atender a quantidade crescente de alunos em idade escolar? Quais elementos técnicos e educacionais foram considerados nos projetos arquitetônicos das escolas secundárias?

As fontes investigadas consistem na legislação e documentação associadas aos acordos firmados entre Estado e municípios, para investimentos na área educacional, incluindo construções e reformas de prédios escolares, conhecidos como Convênios Escolares. Também será examinado o Fundo Estadual de Construções Escolares, previsto pelo Plano de Ação do Governo do Estado para o período entre 1959 a 1963.

No caso do APESP, os documentos identificados no Centro Administrativo auxiliaram o entendimento dos convênios escolares firmados pelo governo do Estado e os municípios. As fontes identificadas no APESP, juntamente com a legislação obtida na Câmara Municipal de São Paulo e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), possibilitaram chegar aos resultados parciais: observa-se a predominância de investimento do governo para o ensino primário, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Somente no início da década de 1960 são observados, por parte do poder público estadual, estudos mais detalhados da situação da rede física do ensino secundário e uma atuação para amenizar o déficit de unidades escolares, especialmente por meio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Quanto à arquitetura, as revistas identificadas na FAU-USP subsidiarão o entendimento acerca dos elementos técnicos e educacionais que foram adotados para projetar as novas unidades escolares. As revistas estão sob análise, portanto, não há resultados apresentados no momento relacionados à arquitetura das escolas secundárias.

Conhecer o trabalho dos arquivistas ajuda o historiador/pesquisador

Minhas pesquisas ainda estão em andamento e a dissertação está em fase de elaboração. Devido à pandemia, os congressos foram adiados, portanto, os resumos e textos finais que escrevi, que estarão nos anais, não podem ser compartilhados.

Mas, a aprendizagem nunca para. Uma experiência interessante ocorreu quando tive a oportunidade de pesquisar no Centro de Arquivo Administrativo e acessar os documentos que ainda estavam em processo de análise. Aprendi como os documentos são separados (guarda permanente e atividade-fim) e a importância da tabela de temporalidade. Acompanhei o trabalho dos arquivistas e tive a oportunidade de manusear documentos que não tinham sido tratados. Conhecer o trabalho dos arquivistas ajuda o historiador/pesquisador a compreender a lógica de separação documental. Acessar o Fundo referente à Educação, das décadas de 1940 a 1970, no Centro de Arquivo Administrativo, permite muitas ideias para pesquisas futuras, haja vista que ainda são documentos “inéditos”.

Arquivos: lugares de gestão, preservação e divulgação de patrimônio documental

Os arquivos são fundamentais na conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental de diversas instituições de caráter público e privado. Por meio da gestão documental, os arquivos ofertam referências, informações e são fontes de pesquisas científicas essenciais para a administração, a cultura e o desenvolvimento científico, além de preservarem a história e a memória da sociedade.

Foto: Arquivo Pessoal



Dicas para um início de investigação científica

- Ter clareza do que se pretende pesquisar.
- Mapear e visitar os arquivos que podem abarcar fontes relacionadas ao interesse de estudo.
- Estabelecer tempo para analisar as fontes, com base na quantidade de documentos em cada conjunto do fundo pesquisado.
- Estabelecer uma boa relação com os profissionais dos arquivos.
- Ao término da pesquisa, fornecer um feedback acerca da sua pesquisa (se possível, deixar uma cópia do seu trabalho).